

**DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO AO ETNODESENVOLVIMENTO
INDÍGENA: ELEMENTOS PARA UMA REFLEXÃO PARADOXAL**

From economic development to indigenous ethnodevelopment: elements for a paradoxal reflection

RAQUEL PEREIRA ROCHA DE PAULA ARRUDA¹

Centro Universitário Arnaldo Horário Ferreira - UNIFAAHF

Luís Eduardo Magalhães / BA

kelrapereira@yahoo.com.br

 <http://lattes.cnpq.br/3268744510698946>

RESUMO: O presente artigo tece abordagens conceituais fundamentadas em debates referentes ao campo do desenvolvimento econômico próprio do capitalismo moderno, bem como, suas implicações e consequências no tocante aos desafios econômicos vivenciados pelas sociedades indígenas. As referidas abordagens são conduzidas de modo a revisitar questões relativas às práticas pertinentes aos chamados projetos de ethnodevelopment implementados em áreas indígenas. Várias experiências etnográficas realizadas entre as citadas etnias que habitam o território nacional, compõem a base da discussão desenvolvida no decorrer do artigo. O debate sobre ethnodevelopment é precedido de esclarecimentos sobre desenvolvimento econômico e sustentabilidade a fim de contextualizar a argumentação apresentada, que traz, como pano de fundo, os paradigmas intrínsecos às problemáticas inerentes ao processo de desenvolvimento econômico capitalista moderno.

Palavras-chave: Ethnodevelopment. Etnografia. Populações Indígenas.

ABSTRACT: This article weaves conceptual approaches based on debates related to the field of economic development typical of modern capitalism, as well as, its implications and consequences regarding the economic challenges experienced by indigenous societies. These approaches are conducted in order to revisit issues related to practices relevant to the so-called ethnodevelopment projects implemented in indigenous areas. Several ethnographic experiences carried out among the aforementioned ethnic groups that inhabit the national territory, make up the basis of the discussion developed throughout the article. The debate on ethnodevelopment is preceded by clarifications on economic development and sustainability in order to contextualize the presented argument, which brings as a background, the paradigms intrinsic to the problems inherent to the process of modern capitalist economic development.

¹ Doutora em Antropologia social pela Unicamp-SP. Atua como professora no Centro Universitário Arnaldo Horário Ferreira - UNIFAAHF em Luís Eduardo Magalhães-BA.

Keywords: Ethnodevelopment. Ethnography. Indigenous Populations

SUMÁRIO: INTRODUÇÃO; 1. DESENVOLVIMENTO: AS VÁRIAS PERSPECTIVAS; 1.1 Medidas de Desenvolvimento econômico; 1.1.1 Índice de desenvolvimento humano; 2. ECONOMIA SUSTENTÁVEL E CRESCIMENTO ECONÔMICO; 3. ETNODESENVOLVIMENTO: UMA COISA DE BRANCO; 3.1 Origens conceituais do termo; 3.2 Serviço de Proteção aos Índios: razões históricas das contradições pertinentes ao discurso sobre etnodesenvolvimento; 3.3 O desenvolvimento pode ser étnico? CONCLUSÃO; REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

(...) os sujeitos do desenvolvimento são também os objetos no interior de um processo que evoca a metáfora de um avião sem piloto, o qual não se sabe de onde vem nem para onde vai. (Dominique Perrot, 2008, p. 224)

A temática que envolve a questão do desenvolvimento econômico perpassa a realidade social desde a deflagração da modernidade e, embora com novas roupagens, continua no período atual, denominado por vários cientistas humanos como pós-modernidade. Os desafios e oportunidades que compõem o cenário das sociedades contemporâneas passa por questionamentos a respeito do acesso a bens e serviços que possam promover o bem estar social, bem como, sobre o próprio conceito de riqueza, acúmulo e circulação de capital.

Com base nesse pressuposto, o presente artigo inicia-se com uma contextualização conceitual a respeito dos argumentos, estudos e paradigmas que permeiam esse campo de estudo que mistura ciência econômica, com outras ciências humanas como antropologia e sociologia. No decorrer do artigo, a discussão a respeito das implicações referentes às experiências com projetos de etnodesenvolvimento em área indígena é discutido a fim de problematizar o alcance e o impacto de um desenvolvimento econômico que nasce no ocidente e se impõe de forma, comparada por Perrot (2008) a um avião sem piloto, ou seja, de forma desgovernada e com consequências imprevisíveis, ou que cuja previsibilidade tenha sido rechaçada pelo desejo de poder decorrente do acúmulo de capital.

No campo da ciência econômica o desenvolvimento pode ser identificado com o crescimento do produto nacional bruto (PNB), aumento geração de renda, processo de industrialização e crescimento dos meios tecnológicos, existe, porém, o reconhecimento, por parte de vários autores, de uma diferença conceitual entre crescimento econômico e

desenvolvimento econômico, sendo que, crescimento econômico representa apenas o aumento quantitativo da riqueza, enquanto desenvolvimento econômico abarca o aperfeiçoamento da economia, através de uma melhor divisão social do trabalho, do emprego de melhor tecnologia e da melhor utilização dos recursos naturais e do capital.

Para os especialistas e técnicos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), desenvolvimento econômico pode ser compreendido como um processo de mudança na economia social que se dá de forma estrutural, que tem por meta oferecer para a maior parte da população, uma melhoria nos níveis de possibilidade de consumo; melhor nível educacional e melhor qualidade de vida que permita uma velhice mais saudável.

Para Celso Furtado (1952) desenvolvimento econômico numa perspectiva macroeconômica consiste na introdução de novas combinações de fatores de produção visando aumentar a produtividade do trabalho, bem como, no campo de influências incididas na organização da produção e na forma como o produto social é distribuído e utilizado. A produtividade do trabalho, para o autor, é diretamente proporcional ao aumento do produto social (quantidade de bens e serviços colocados à disposição da sociedade). Por outro lado, o crescimento da renda provoca nos consumidores reações que aumentam a demanda e modificam sua estrutura. Ou seja, o aumento e a diversificação da procura fazem com que também se modifique a estrutura de produção.

Amartya Sen (1999) em *Desenvolvimento como Liberdade* argumenta que desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O autor defende o acesso dos indivíduos humanos à liberdade enquanto um bem absoluto. Sen argumenta que liberdade implica em acesso às facilidades econômicas e oportunidades sociais, garantias de transparência; segurança protetora e tecnologia. Na economia do crescimento e desenvolvimento, o termo tecnologia representa a maneira como os insumos são transformados em produto no processo produtivo.

Na ciência econômica parte-se do pressuposto de que o crescimento é condição primordial para o desenvolvimento social e este, por sua vez, condição essencial para a melhoria do bem estar geral da população. Não se discute se há nesse pressuposto uma visão etnocêntrica, ou se há alguma consequência prática ou epistemológica na aplicação desse pressuposto às políticas públicas. Algumas das perguntas que motivam as análises realizadas pelas ciências econômicas são: *Por que uns são tão ricos e outros tão pobres? / Qual o motor do crescimento econômico? / Como economias como Japão, Hong Kong, Cingapura, Coréia do Sul, conseguiram transformar-se tão rapidamente de pobres em ricas?*

Nota-se que não está em questão o conceito de pobreza, ou a concepção dos povos a respeito do que seja pobreza ou riqueza. Pelo contrário, é muito comum, que as análises economistas apresentem o desenvolvimento dos povos humanos como seguindo uma linha evolutiva e progressiva, em consonância com o modelo capitalista moderno.

Sendo assim, com base nos pressupostos acima citados o artigo seguirá discutindo a noção de desenvolvimento econômico em suas várias perspectivas, e a questão do etnodesenvolvimento, sobretudo, nos moldes dos programas desenvolvidos em áreas indígenas.

1. DESENVOLVIMENTO: AS VÁRIAS PERSPECTIVAS

Economistas clássicos como Adam Smith (1776), David Ricardo (1817), e Thomas Malthus (1798) entre outros, providenciaram muitos dos argumentos fundamentais que aparecem na moderna teoria de crescimento econômico. Estas ideias incluem: o conhecimento básico a respeito do comportamento competitivo, e sua relação com a acumulação de capital físico e humano; a interdependência do crescimento da renda per capita e a taxa de crescimento populacional; os efeitos do progresso tecnológico na forma de incremento da especialização do trabalho e descoberta de novos bens e métodos de produção e a regra do poder de monopólio como incentivo para o avanço tecnológico.

Adam Smith (1776) pensou nas razões pela qual o produto social cresce e apontou a divisão do trabalho como a causa última desse processo. Clássicos da primeira metade do séc. XIX apresentaram os elementos da produção em três fatores: terra, capital e trabalho. Atribuía ao trabalho a origem de todo valor. A quantidade de trabalho que podia ser empregada dependia do montante de capital acumulado. Para eles, o salário real era determinado pela oferta de trabalho e pela capacidade de emprego da economia (que era uma função da acumulação de capital). Assim, os clássicos não se preocupavam com a acumulação de capital com vistas a explicar o desenvolvimento e sim, para justificar a forma como se dava a distribuição da renda social.

Ao longo da trajetória das abordagens dos economistas alguns conceitos se destacaram, tais como o conceito de *capital humano*. Para Schultz (1973) Capital humano é *humano* porque se acha configurado no homem e é capital porque é uma fonte de satisfações futuras ou de futuros rendimentos ou, ainda de ambas as coisas.

Para Becker (1993) não se pode separar a pessoa humana de seu conhecimento, habilidade, saúde e outros aspectos que determinam o capital humano. Enfim, entende-se que o investimento em capital humano tem como objetivo melhorar a qualidade de vida do homem e sua produtividade no trabalho e, para tanto, os seguintes aspectos devem ser considerados, tais como acesso a possibilidade de viver com boa saúde e o maior tempo possível e acesso a uma boa educação, com vistas a uma preparação integral para a realidade presente e como qualificadora para o provimento de produtos sociais.

O aumento da produtividade do trabalho e suas repercussões na utilização e distribuição de produto social constituem um dos problemas centrais da teoria de desenvolvimento. Definindo-se produtividade social como produto total por unidade de tempo de ocupação do conjunto da força de trabalho de uma coletividade, deduz-se que a teoria do desenvolvimento inclui, necessariamente, uma teoria macroeconômica da produção. A Teoria da produção descreve historicamente como se realiza o processo de produção, bem como, as relações funcionais e de causalidade entre as variáveis pertinentes; mostra as relações entre o crescimento da produção e a forma da distribuição da renda e, e entre as modificações desta última e o ritmo de acumulação; finalmente, nos diz qual a taxa máxima virtual de acumulação e em que condições esta pode ser alcançada.

1.1 Medidas de Desenvolvimento econômico

Medidas como produto Interno Bruto (PIB) e Produto Nacional Bruto (PNB) dão um indicativo da riqueza e, analisados ao longo do tempo mostram o crescimento econômico (ou não) do país em análise, mas são medidas deficientes de desenvolvimento. Contudo, as comparações de PIB e PNB entre os países não esgotam as problemáticas existentes e nem apresenta a maneira mais apropriada de comparar o desenvolvimento dos países, pois esses indicadores contam apenas parte da história. Quanto ao conceito de desenvolvimento, podemos dizer que costuma ser tratado de maneira multidimensional o que pode criar inúmeras dificuldades operacionais de medidas e dimensionamento.

As formas mais comuns de medir desenvolvimento econômico são a renda per capita, a renda por trabalhador e a renda por hora de trabalho. Entretanto, quando o principal objetivo é analisar o consumo, a renda per capita parece ser um indicador apropriado. Se o objetivo principal é analisar a produção, o melhor indicador provavelmente seja a renda por trabalhador

(produtividade do trabalho). E, para avaliar a eficiência global da economia, a renda por hora de trabalho demonstra-se o indicador mais adequado.

1.1.1. Índice de desenvolvimento humano

Dada a importância crescente atribuída ao capital humano, o *United Nations Development Programme (UNDP)* criou, em 1994, um índice que classifica os diferentes países quanto ao grau de desenvolvimento humano e econômico, que é o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDH). O IDH resulta da combinação de três dimensões: Longevidade; Grau educacional dos indivíduos e renda per capita, expresso em dólares, que configura a Paridade do Poder de Compra (PPC)

A desigualdade de renda pode ser explicada por um conjunto grande de forças, onde crescimento econômico é apenas uma delas. E mesmo quando muda-se a distribuição da renda, a forma como essa distribuição pode afetar o contexto geral do desenvolvimento, depende das fontes de crescimento. Ou seja, para examinar esta relação é necessário estudar mais os contextos específicos que os termos gerais.

Quando o assunto é desigualdade econômica, grandes questões perduram tais como: a distribuição de renda dentro dos países impacta na taxa de crescimento econômico? O crescimento econômico afeta a distribuição da renda? A desigualdade dentro do país reduz o seu crescimento? Forças conflitantes dão forma à relação entre o grau de desigualdade e a taxa de crescimento da renda per capita. Indivíduos de classes mais desfavorecidas não têm acesso aos projetos lucrativos de investimentos, enquanto sociedades mais igualitárias investem mais e crescem mais rápido. Parece que a desigualdade reduz crescimento, no entanto, a pesquisa nesta área ainda não é capaz de dar uma resposta tão definitiva a esta questão, bem como, ainda é incapaz de identificar os mecanismos através dos quais essa relação ocorre.

2. ECONOMIA SUSTENTÁVEL E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Veiga (2008) apresenta duas teses antagônicas. De um lado os que creem na incompatibilidade entre o crescimento econômico e conservação ambiental e de outro, os que acreditam piamente na possibilidade de conciliação.

De acordo com o autor uma concepção que pauta o debate científico recente é a hipótese de que o crescimento só prejudicaria o meio ambiente até um determinado ponto de riqueza conferida por um certo patamar de renda per capita. A partir desse ponto, o crescimento passaria a melhorar a qualidade ambiental via o investimento em novas e sofisticadas tecnologias que permitiriam cada vez mais a diminuição da poluição ambiental. Hipótese representada pela chamada “curva de Kuznets”. Simon Kuznets achou que pudesse existir uma lei que regeria a relação entre o crescimento do PIB e a desigualdade de renda. De acordo com essa curva, a situação econômica de um país fica pior na arrancada do período desenvolvimentista, mas melhora após um certo patamar de riqueza. Porém, os últimos 50 anos, lembra Veiga, a relação entre desigualdade e crescimento em diversos países, não seguiu esse padrão, ao contrário, apresentou formas muito variadas.

Georgescu-Roegen (1971) alertou sobre o aumento da entropia ambiental, levando a energia disponível para a condição de não disponível. O crescimento econômico moderno, diz, exigirá sua própria superação em matéria de consumo de energia. Para o autor, a humanidade um dia deverá encarar a *retração*, ou seja, desenvolvimento com decréscimo do produto.

Segundo o autor, contudo, a maior parte dos economistas preferem a tese de Solow (1956), segundo o qual a natureza jamais constituirá sério obstáculo à expansão econômica pois, qualquer elemento do meio ambiente que se mostrar limitante ao processo produtivo poderá ser substituído em decorrência de três fatores: trabalho humano, capital produzido e recursos naturais. Trata-se de um aposta no avanço tecnológico e de uma visão que reduz desenvolvimento sustentável a crescimento econômico.

Entre essas visões mais extremistas citadas, existe uma abordagem representada, por exemplo, por Herman Daly (1992), segundo o qual, a melhor condição para a humanidade é aquela que, de um lado, ninguém é pobre, e de outro, ninguém deseja ser mais rico do que ninguém. De acordo com essa visão o aumento da produção só deveria continuar em países atrasados. Nos países mais desenvolvidos precisaria uma melhor distribuição de renda e limitação da população.

Para Veiga muitos prejuízos ambientais poderiam ser evitados por novas regulamentações de mercado. A primeira regulamentação ambiental data de 1970, a “Lei Americana do Ar Puro” que obrigou os modelos de automóveis, a partir do ano de 1975 a apresentarem uma redução de 90% na emissão de dióxido de carbono e hidrocarbonetos. Em 1980 essa exigência havia sido superada, porém, para o autor, foi um “tiro pela culatra” pois muitas usinas elétricas e instalações industriais acabaram exigindo uma longevidade maior do

que a projetada. Em 1990 mais de 2/3 das emissões dessas usinas eram responsáveis pelas chuvas ácidas provocadas pelas instalações com mais de 25 anos. Uma outra solução enganosa foi a construção de chaminés mais altas, que apenas solucionou o problema no âmbito local, porém, transferiu a poluição para outro lugar.

Atualmente, pode-se dizer que o discurso a respeito de desenvolvimento sustentável oscila entre uma visão de um porvir catastrófico e a ideia de que surgirão inovações tecnológicas eficientes, o suficiente para evitar, ou contornar os acidentes ambientais.

Veiga ainda argumenta que a noção de sustentabilidade é utilizada com significados muito variados e distantes de sua origem, ou seja, da analogia com os estudos biológicos. Fica então a questão de que se o conceito de sustentabilidade tem esse caráter plural como pode ser medido? A Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CSD) das Nações Unidas, foi responsável por elaborar indicadores estabelecidos pela “Agenda 21” constituída na Rio-9-92. Em 1996 havia sido elaborado 143 indicadores, que foram publicados no que ficou conhecido como “Livro Azul”. Baseado nesse livro, o IBGE (2002; 2004) lançou os primeiros indicadores brasileiros de desenvolvimento sustentável, considerando-se vários fatores, desde situações de vulnerabilidade de grupos humanos até responsabilidade global.

Indicadores de desenvolvimento permitem identificar quais são os países de desenvolvimento mais insustentáveis e os de desenvolvimento mais sustentável. Esses indicadores sempre são alvos de críticas, o que força a busca por indicadores cada vez mais eficientes. Para o autor a existência desses índices é importante para fiscalização e pressão das entidades ambientalistas sobre governos e organização internacionais.

Segundo Veiga, apesar de uma certa banalização do termo, a sustentabilidade ambiental do crescimento econômico e da melhoria da qualidade de vida veio para ficar, e é uma tentativa de conciliar crescimento e meio ambiente. Para tanto, alguns conhecimentos são fundamentais: comportamento humano econômico e social, evolução da natureza e configuração social do território.

Enfim, tudo indica que a noção de desenvolvimento está fortemente ligada ao fenômeno industrial. A ligação entre desenvolvimento e processo de industrialização é questionado por vários estudiosos que começaram por mostrar que os recursos naturais do planeta não durariam muito se o mundo todo alcançasse o padrão de vida norte-americano.

Sendo assim, a noção de desenvolvimento sustentável que, segundo o autor, desfruta de uma unanimidade só comparável, talvez, a felicidade ou ao amor materno, traz uma contradição

que está na base da noção de sustentabilidade – buscar uma solução entre a industrialização ainda exigida pelos países 'periféricos' e o pós-industrialismo dos países centrais.

3. ETNODESENVOLVIMENTO: UMA COISA DE BRANCO

No Brasil o termo Etnodesenvolvimento teve nos estudos etnográficos um destacado fator de propagação. No período do pós-guerra mundial, o processo de modernização tecnológica que fortaleceu o sistema capitalista/industrial/urbano difundiu a ideia de que a transição das chamadas "sociedades tradicionais" para uma "sociedade moderna" seria considerada desejável e até mesmo inevitável, propagando-se a noção de um suposto fim dos povos indígenas através de uma rápida assimilação aos estados nacionais novos e modernos². A continuidade e atualidade dos povos indígenas, entretanto, vêm desafiando tal noção, bem como mostrando que as populações chamadas “tradicionais” são capazes de utilizar as ferramentas criadas pela tecnologia moderna de maneira própria.

Albert (2002) argumenta, contudo que, a partir das décadas de 1960 / 1970, a fronteira amazônica foi rearticulada ao “sistema mundial” por uma política em grande escala de ocupação demográfica, de desenvolvimento econômico e de redistribuição espacial promovida pelo Estado que desencadeou uma intensa competição territorial centrada no controle dos recursos naturais e dos espaços produtivos. Essa política desenvolvimentista vem atingindo os povos indígenas que, em resposta à ameaça trazida pelas novas formas de apropriação, engajaram-se em movimentos de resistência baseados na reivindicação de homologação e segurança das reservas territoriais; indenizações compensatórias entre outras questões. O autor chama atenção para o fato de que tal fenômeno configura-se enquanto um processo político-cultural de “adaptação criativa que gera as condições de possibilidade de um campo de negociação interétnica em que o discurso colonial possa ser contornado ou subvertido” (p.241).

Por outro lado, vivemos na sociedade euro-americana uma crise de valores calcada na problemática ambiental e nas crises econômicas atuais. As consequências advindas dos

² Eduardo Galvão e Darcy Ribeiro, entre vários outros, são autores que realizaram estudos de aculturação entre populações indígenas, sobretudo entre as décadas de 1950 e 1970. Obras referenciais: Galvão E. (1979). *Encontro de Sociedades*. Ed. Paz e Terra / Ribeiro, D. (1968). *O processo civilizatório – etapas da evolução sócio-cultural*. Ed. Paz e Terra.

mecanismos criados para a exploração dos recursos naturais mostram que, afinal de contas, não é possível pensar em um mesmo patamar de poder de consumo para todos os habitantes do planeta e evidencia a pertinência dos conhecimentos tradicionais. Essa discussão enfoca o reconhecimento e a revalorização da diversidade cultural (dentre elas a indígena) em seus diversos modos de conceber e existir no mundo.

Como lembra Albert (2002) no âmbito desse debate, muitos antropólogos que trabalham na Amazônia criticaram o alastramento da ideologia que apresenta as sociedades indígenas como “populações” em perfeita sintonia com seu meio ambiente e cujos membros, ecologistas espontâneos, devem ser “preservados” por serem os detentores de saberes naturais. Segundo Bruce Albert entretanto, essa “naturalização” positiva dos índios nada mais é do que a imagem invertida da naturalização negativa produzida para os tecnocratas e representantes da fronteira regional – que vê os índios, “na melhor das hipóteses, como fadados à assimilação e, na pior, como selvagens bestiais destinados à extinção” (p. 256).

Essa é uma situação que leva a uma concepção ambígua. De um lado, o reconhecimento da importância da criação de condições para o fortalecimento da diversidade sociocultural, ao mesmo tempo em que aparece a necessidade de propiciar aos povos indígenas conhecimentos que lhes permitam elaborar estratégias de interação com o mundo capitalista.

É preciso destacar neste ponto que não se pretende aqui traçar um debate a respeito de etnodesenvolvimento de forma generalizante, sem considerar as diferenças entre as diversas realidades vividas pelos povos indígenas que habitam o território nacional, mas de considerar que há pontos em comum quando se trata dos pressupostos inerentes aos programas desenvolvimentistas que chegam às Terras Indígenas.

Diniz, Magalhães e Monte-Mór (2006), sobre economia e etnodesenvolvimento no território entre os Xakriabá (MG), atestam por exemplo que, apesar das especificidades locais do povo Xakriabá:

(...) a atual tendência de organização política e social dessa população pressupõe um avanço econômico que melhore suas condições de vida e não se traduza em transformações rápidas e violentas a ponto de comprometer o maior patrimônio que possuem - sua esfera cultural e ecológica. (p.01)

Na etnologia, entre outras preocupações considera-se o crescimento das populações indígenas nas últimas décadas, e problemas ligados à necessidade de aumento da produção e de criação de oportunidades de trabalho como meio necessário para obtenção de dinheiro. Na linguagem dos programas e projetos realizados em área indígena, o termo

“etnodesenvolvimento” configura-se em um referencial para se pensar as novas estratégias e projetos de caráter socioeconômicos que vêm sendo empreendidos em territórios indígenas. Como exemplo de trabalhos dessa ordem, Souza Lima e Barroso-Hoffmann (2002) reuniram em “Etnodesenvolvimento e políticas públicas; Estado e povos indígenas; e Além da tutela: Bases para uma nova política indigenista” artigos que versam sobre a situação dos povos indígenas na Amazônia. Os temas envolvem conflitos fundiários, violência, insuficiência alimentar e falta de acesso a bens de consumo e serviços de saúde de qualidade.

3.1 Origens conceituais do termo

A discussão sobre o etnodesenvolvimento, enquanto uma “modalidade alternativa de desenvolvimento”, emergiu de forma mais consistente em debate no XIV Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS) que foi realizado em outubro de 1981 em Porto Rico, tendo como tema “Classe, Nação e Estado”. Participaram desse debate conceitual, indigenistas e antropólogos como Stefano Varese (Peru), Diego Iturralde (Equador), Enrique Valencia, Rodolfo Stavenhagen e Salomón Nahmad (México), Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira (Brasil), entre outros. Assim o grupo citado definiu o conceito em questão: “etnodesenvolvimento significa que a etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses”. (STAVENHAGEN, 1984 *apud* VERDUM, 2006, p. 3)

Traduzindo em termos práticos, para esse grupo, a promoção do etnodesenvolvimento implicaria em medidas como: reconhecimento e garantia territorial pelo Estado de direito; fortalecimento da autonomia socioeconômica das sociedades indígenas (qualquer que fosse o entendimento delas sobre o que significa desenvolvimento) e a preparação dos atores que auxiliam no planejamento desse desenvolvimento no sentido de instrumentalizá-los para lidar com as etnicidades. (VERDUM, 2006)

Assim sendo, podemos dizer que a noção do etnodesenvolvimento surge, então, com o objetivo de criar uma possibilidade de conciliação entre o desenvolvimento econômico ao modo capitalista e a possibilidade de preservação dos costumes ancestrais que caracterizam as sociedades *tradicionais*.

Críticas como a de Azanha (2002), porém, observam a continuidade de uma determinada linha de pensamento economicista que trabalha com o pressuposto de que o

crescimento econômico é condição primordial para o desenvolvimento de uma melhor condição de vida. Sob a retórica de defesa da pluralidade e da inclusão sociocultural, se observa uma práxis política, erigida sobre uma linguagem “aparentemente” técnica, que caminha no sentido da manutenção das comunidades indígenas na condição de “tutelados do Estado nacional” e da integração dos seus territórios e dos recursos naturais e culturais no sistema econômico de produção e comercialização de mercadorias. (VERDUM, 2006)

A discussão sobre etnodesenvolvimento, entretanto, insere-se em terreno ‘escorregadio’, pois tenta equilibrar retoricamente conflitos que na prática revelam uma conciliação complicada, tendo em vista que a execução de projetos sustentáveis em áreas indígenas gera, na concepção das populações indígenas envolvidas diretamente com os projetos, uma demanda por treinamentos técnicos específicos que implicam em mudanças na maneira de conceber o uso do espaço e do tempo nessas populações. Essa contradição nos leva a propor a hipótese de que o debate sobre o etnodesenvolvimento acaba por fundamentar sob uma nova denominação, práticas que não conseguem fugir às velhas noções de *integração* e *assimilação*.

Isso não quer dizer que as sociedades não devem ou não possam se transformar. De fato, todas as sociedades em todos os tempos mudam, o problema é pensar como as etnias indígenas ou minoritárias podem se instrumentalizar a fim de possibilitar ações permeadas por uma consciência mais ampla a respeito da velocidade e da direção dessas mudanças. Ou seja, todos têm direitos aos benefícios e conforto proporcionado pela tecnologia urbana, a questão é pensar se esse acesso é garantido; quais as consequências e o preço que os grupos étnicos terão de pagar por essas mudanças.

No Brasil, o Estado nacional, com ou sem a intermediação e/ou a parceria das agências financeiras internacionais, de organizações não governamentais ou das Instituições religiosas, fornece incentivo financeiro para que grupos indígenas se organizem em associações e capacitem-se para gestão de recursos financeiros a fim de *mobilizar o capital social* necessário aos *projetos de desenvolvimento sustentável*.

Verdum (2006) defende a necessidade de aprofundamento do debate acerca do etnodesenvolvimento fundamentado numa série de questões, tais como: a necessidade das populações indígenas de se adequarem às *regras do jogo* do setor financeiro para acessar os recursos dos estados e das agências financeiras internacionais; a mercantilização da natureza e dos conhecimentos indígenas e a conseqüente dependência dos circuitos econômicos de mercado; a imposição de formas organizativas, tipo *sindical* ou *associativa*, como requisito

básico para viabilizar o acesso ao apoio financeiro; a incorporação e cooptação pelo Estado de lideranças indígenas, enquanto intermediários legitimados pela origem étnica e/ou pela rede de apoio que conseguem mobilizar.

Um exemplo que resulta desse movimento associativista bastante conhecido no meio indigenista é a atuação da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), entidade indígena com sede em Manaus (AM), fundada em 1989, e que tem hoje representantes em, pelo menos, 27 comissões e conselhos governamentais nos níveis federal e estadual. A prática entretanto, revela o aspecto integracionista que pode estar encoberto pelo discurso ideológico utilizado pelas iniciativas apoiadas pelas instâncias governamentais.

3.2 Serviço de Proteção aos Índios: razões históricas das contradições pertinentes ao discurso sobre etnodesenvolvimento

A contradição mencionada acima tem como possível origem histórica a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ILTN) em 1910, que, sendo um projeto republicano, visou substituir a *catequese religiosa* na tarefa de incorporar os indígenas ao que se entende por *progresso nacional* através da *proteção laica do Estado*. Mais tarde, em 1918, em decorrência de pressões políticas de setores contrários aos interesses indígenas e da Igreja Católica, que pedia espaço de poder na *administração dos índios* foi constituído o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). (Ladeira, 1998).

Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), o SPI teve sua legislação diversas vezes alterada. Em 1939 foi criado o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI). Em meados do século, a intenção era *modernizar* a atuação do indigenismo oficial brasileiro e os etnólogos e sertanistas do CNPI começam a estabelecer, por intermédio do Instituto Indigenista Interamericano (III), contatos com o indigenismo interamericano, até então dominado pelos mexicanos. (VERDUM, 2006)

Como lembra Bruce Albert³, no Brasil, após décadas de inoperância na proteção das populações indígenas face ao avanço violento da fronteira extrativista e agropastoril na primeira

³ Albert, Bruce. Terras Indígenas, Política Ambiental e Geopolítica Militar no Desenvolvimento da Amazônia: A Propósito do Caso Yanomami. Disponível no site: http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37612.pdf. Acesso em 10/08/2020.

metade do século, o SPI foi extinto em 1967, em meio a acusações de corrupção e das mais diversas formas de conivência com o extermínio, a exploração e a expropriação dos índios e denúncias de omissão e cumplicidade na destruição das populações indígenas. O governo militar da época (General Costa e Silva) criou ainda em 1967 a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e promulgou, em 1973, uma nova legislação indigenista, o Estatuto do Índio.

Por sua vez, as décadas de 1970 e 1980 são marcadas pelas grandes obras nos setores de transporte e de energia na Amazônia brasileira, impactando áreas e populações indígenas de forma direta. São deste período obras como a Rodovia Transamazônica (BR-230) e a Rodovia Perimetral Norte (BR-174), o Complexo Minerário Grande Carajás e a Represa (UHE) de Tucuruí. E é também nestas décadas que se inicia a interlocução das organizações indígenas com o Estado brasileiro.

Bruce Albert lembra que com a Constituição Federal de 1988, as populações indígenas passam a ter o direito garantido de serem consultadas pelo Estado a respeito de atividades de exploração dos recursos naturais com impacto nas terras e na população, além do reconhecimento da competência civil das comunidades indígenas de defenderem seus direitos e interesses em juízo. Direito que tem sido bombardeado pelas estratégias de negociação e políticas compensatórias.

Na década de 1990 acontece uma maior visibilidade da atuação das chamadas *agências de cooperação internacional para o desenvolvimento* e as agências do Sistema Nações Unidas (UNESCO, OIT, OMS, PNUD) na política indigenista. Instituições que passaram a influenciar a definição das políticas setoriais, bem como atuar como aliadas, por exemplo, na busca pela flexibilização dos mecanismos da tutela governamental e na efetivação dos direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988.

Nos projetos oriundos de órgãos governamentais, o termo *etnodesenvolvimento*, tem sido aplicado após sua fundamentação, em 1981, no XIV Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia como palavra eixo da política indigenista, como mostraram programas como: *Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas*, que visaram a proteção e a gestão das Terras Indígenas (Tis); *Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas*. Esses programas contaram com recursos repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)⁴.

⁴ Órgão extinto com a edição da Lei Nº 13.844, de 18 de Junho de 2019. As funções do antigo Ministério foram atribuídas ao Ministério da Cidadania.

Em 28 de dez de 2009, o Decreto Lei nº. 7.056 reestruturou a FUNAI substituindo os Postos Indígenas (PINs) e a figura de *chefe de posto* por Coordenações Técnicas Locais, onde um Coordenador Regional passa a chefiar uma equipe técnica composta por profissionais selecionados por concurso e cujo perfil passou a ser selecionado conforme o tipo de questão ou demanda local/regional dos povos indígenas. Essa reestruturação fundamenta-se no argumento de que as realidades indígenas são diversas em cada região do país e, nesse caso, manter equipe idêntica em cada região torna-se insuficiente para resolver os seus problemas específicos.

Ainda dentro dos programas políticos e econômicos que incluem a população indígena, atuaram o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Tal programa trata-se de uma linha de microcrédito rural através do qual são disponibilizados recursos de pequenos valores e com menos burocracia para pequenos investimentos. O microcrédito é voltado para a produção e geração de renda das famílias agricultoras, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas.

Tais medidas exemplificam políticas de desenvolvimento nos moldes capitalista que visam abarcar também as populações indígenas, promovendo ações assimilacionistas do qual os projetos de etnodesenvolvimento fazem parte.

3.3 O desenvolvimento pode ser étnico?

Vários autores que abordam este tema dentro da etnologia indígena, a exemplo de Azanha (2002), defendem que um projeto de etnodesenvolvimento deveria contemplar: segurança territorial e usufruto exclusivo dos recursos naturais, aumento populacional com segurança alimentar; aumento do nível de escolaridade; satisfação das necessidades de *bens* industriais com recursos próprios gerados de forma não predatória e com relativa independência de instituições externas.

Outros autores deram enfoque à maneira como as populações indígenas têm vivido em meio a política integracionista buscando utilizar os recursos advindos desses mecanismos de forma a promover uma reafirmação indenitária. Como Gordon (2006) demonstra a respeito dos Xicrin, cujo processo histórico é marcado por intenso relacionamento com a sociedade ocidental não indígena, essa população indígena manifesta uma lógica peculiar na apropriação e gestão dos recursos oriundos dos brancos. Como afirma o autor: “Os Xicrin falam e agem simultaneamente em termos de tradição e mudança. O problema é saber onde está, e o que é, cada um desses termos no mundo vivido e conceitual Xicrin” (GORDON, 2006, p. 62)

No âmbito dessa discussão, Iara Ferraz (1998), ao estudar o processo de reorganização social entre os Parkatêjê após remoção compulsória de três grupos distintos para uma mesma localidade conhecida como *Terra Indígena Mãe Maria*, argumenta que:

Enquanto a realização dos cerimoniais de longa duração e os jogos de flechas reelaboram sistemas articuladores das relações sociais (como a nomeação e amizade formal) e fazem parte da estratégia dos mais velhos com vistas à reprodução da sociedade parkatêjê, os interesses dos mais jovens parecem estar mais voltados para o controle dos recursos, sobretudo monetários, e para a ampliação das relações através de novos mecanismos de representação de si mesmos (p. 01)

Embora não priorize o termo *etnodesenvolvimento*, a abordagem remete-se ao processo de transformação vivido pelas etnias indígenas que, apesar de calcadas em uma configuração produtiva autônoma, não escapam a dependência das relações globalizadas. Entretanto, mesmo não escapando do acirramento das relações interétnicas, enquanto socialmente diferenciadas, as etnias indígenas não devem estar subjugadas às determinações arbitrárias provenientes dos órgãos indigenistas ou de outros setores do indigenismo que, muito embora bem intencionados, atuam muitas vezes de forma impositiva.

Por outro lado, assim como acontece entre os Apinajé, etnia que habita a região denominada como *Bico do Papagaio* no Estado do Tocantins, ao reivindicarem, entre os anos de 2010-2012, a uma capacitação técnica aos membros das populações indígenas para lidar com agentes e projetos oriundos da sociedade envolvente, os índios parecem estar buscando atender aos apelos de um processo de *assimilação* ao mundo dos *brancos*. Não se trata porém, de colocar a capacitação técnica como contrária aos costumes ancestrais, porém, de questionar a velocidade das transformações propostas e refletir a respeito da possibilidade de atender a expectativa criada com o acesso aos programas de treinamento, que na perspectiva da própria população indígena (pelo menos é o que os Apinajé manifestam) é uma das garantias de sucesso de um empreendimento. (ROCHA, 2012)

Lembra Grunewald (2003), que a noção de etnodesenvolvimento necessita respeitar a lógica indígena mesmo quando, aparentemente, possa ser desvantajosa para seu desenvolvimento se contraposta à racionalidade da economia clássica.

De certa forma, contudo, observa-se que a noção de etnodesenvolvimento se confunde com a noção de desenvolvimento local. Pois ambos visam o atendimento de necessidades

específicas regionais, seja por diferenças étnicas ou com relação a aspectos de organização social, erigidas a partir de uma determinada especificidade histórica e/ou ambiental.

Segundo Escobar (2005), o desenvolvimento da etnicidade sem um correspondente avanço no plano econômico só poderia promover a marginalização e a pobreza do grupo étnico. Por outro lado, um desenvolvimento econômico que prejudique as bases da etnicidade de um grupo representa uma volta à hegemonia da modernização que já se mostrou altamente destruidora da diversidade cultural.

De acordo com o autor, é no México que esse debate tem se desenvolvido com mais força, sobretudo porque esse país acumula décadas de luta por parte de seus diversos povos indígenas. Os grupos indígenas mexicanos, nas últimas décadas, estariam vivendo uma crescente conquista, ou reconquista, de um maior controle sobre a tomada das decisões que os afetam.

No plano econômico, ressalta o autor, a autonomia cultural propõe a tarefa de sair das situações de "desenvolvimento por pilhagem", nas quais programas de desenvolvimento tiram recursos naturais de uma região, muitas vezes para sua exportação, enquanto deixam na área local a maioria dos impactos negativos, sejam eles ambientais ou sociais. Escobar, como outros autores, aponta para o perigo do grupo local ser cooptado por estruturas maiores, como o que acontece com os projetos desenvolvidos pela Companhia Vale do Rio Doce, onde o grupo vira dependente dos recursos oferecidos. Ou então, programas gerenciados via políticas públicas que usam verbas federais por meio da incorporação de representantes dos grupos indígenas nos Conselhos Deliberativos – como acontece no Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL) ou no financiamento de subprojetos elaborados por associações étnicas locais, como é o caso dos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), ambos partes do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7).

A própria FUNAI manteve durante décadas, o monopólio sobre os representantes indígenas, sendo considerada o *Pai* para muitos grupos indígenas. Isto começou a mudar nas décadas de 1980 e 1990, quando as organizações indígenas entraram em contato direto com instituições nacionais e internacionais. Além disso, a municipalização das políticas públicas referentes aos povos indígenas enfrenta o arraigamento das forças racistas contrárias aos interesses dos grupos étnicos encontradas nos poderes locais do município, o que atinge particularmente as populações indígenas.

A possibilidade de um desenvolvimento étnico é um tema que suscita um debate de posições variadas e por vezes antagônicas. Exemplificando uma visão mais radical, segundo a qual impera uma completa inadequação dos paradigmas desenvolvimentistas nos moldes da sociedade capitalista/ocidental e as sociedades indígenas, o artigo de Dominique Perrot (2008) argumenta que no interior da discussão sobre “povos autóctones e desenvolvimento” existe uma disputa entre duas perspectivas que se contradizem. Segundo a autora, a questão da sobrevivência dos povos indígenas no mundo contemporâneo passa pela contestação do desenvolvimento enquanto “dogma moderno pretensamente incontornável”. (p. 219)

Perrot (2008) que evoca a metáfora de um “avião sem piloto, o qual não se sabe de onde vem nem para onde vai” para se referir ao caráter devastador do desenvolvimento ocidental, lembra que os imperativos atuais que forçam as populações indígenas ao desenvolvimento não são novos. Ao longo da história, as relações interétnicas foram marcadas pelo extermínio, pela exploração ou pela subordinação. Sendo que, para a autora, hoje as práticas de expropriação se confundem sob a denominação “desenvolvimento”. Nas palavras da autora:

Bem que tentamos classificar os problemas pela adição de prefixos: sub-Desenvolvimento, supra-desenvolvimento, mal-desenvolvimento, auto-desenvolvimento, endo-desenvolvimento ou até etnodesenvolvimento. Mas o mesmo paradigma (o desenvolvimento) se mantém apesar de tudo, e com ele a confusão conceitual a que está ligado (p. 222).

Segundo essa visão, pensar projetos de desenvolvimento para as populações indígenas pode alimentar a tentação de projetar sobre essas populações modelos e valores supostamente universais. A autora destaca o desenvolvimento como uma noção ligada a um contexto histórico e cultural determinado e que, apesar das críticas atuais, continua operando uma ideia de desenvolvimento como resposta positiva e quase mágica aos problemas que ele mesmo contribuiu para criar.

A despeito dessa visão não atestar como possível a existência de um “desenvolvimento étnico”, há o reconhecimento, com relação aos povos indígenas, de que para os índios o “desenvolvimento” significa uma maneira de tentar suplantar as consequências negativas da situação interétnica atual, principalmente, no tocante a possibilidade de inserção no mercado de trabalho e a criação de uma maior possibilidade de acesso a bens e serviços e produção de atividades rentáveis. Neste âmbito socioeconômico atual, reconhece também que o acesso à

assistência é indispensável e, conseqüentemente, a inserção na retórica do desenvolvimento é inevitável, criando, contudo, no interior das zonas traçadas, condições de sincretismos sutis onde, como diz Perrot (2008) “atuam as novas formas de uma sobrevivência, sempre ameaçada de efemeridade pelo avanço acelerado da modernidade”. (p. 230)

Outra visão busca destacar a agencialidade das populações indígenas diante da “inevitabilidade” dos apelos oriundos da sociedade ocidental/capitalista. Howard (2002, p. 26 - 45) considera que muitos antropólogos, de forma apropriada, em vez de discutir a *assimilação passiva* dos povos indígenas ao sistema econômico ocidental, têm focalizado a teoria do contato através do modo como as sociedades indígenas estruturam, reorientam, interpretam ou influenciam as relações com a sociedade não-indígena, em contraponto a uma literatura antropológica que, de acordo com essa visão, tem tratado a incorporação de mercadorias por grupos indígenas como uma espécie de contaminação do seu sistema material e como fonte de degeneração de suas relações sociais.

De acordo com essa perspectiva, a introdução de novos bens e o início de relações econômicas diretas com os brancos, sem dúvida, trazem grandes modificações para os grupos indígenas. Tais mudanças porém, são mediadas por formas e princípios socioculturais autóctones, mesmo considerando que nesse processo tais formas e princípios acabem por se transformar. Nas palavras de Howard (2002):

Os povos indígenas podem até dar a impressão de imitar a cultura dominante ao adotar as roupas dos brancos, querer seus bens, reverenciar seus deuses ou empregar sua retórica para criticá-los, mas a resistência é sempre uma questão híbrida e contraditória, tanto na forma quanto no conteúdo (...). Depois de metamorfosear e “domesticar” devidamente os bens de troca, os povos indígenas redirecionam-nos e captam suas propriedades para satisfazer a seus próprios fins, numa tentativa de apropriação e pacificação dos poderes do branco. Tais processos implicam a desconstrução do capital simbólico do colonizador e sua reconstrução à imagem da sociedade indígena. São metamorfoses que de forma sutil, mas eficaz, permitem exercer uma resistência cotidiana que é tão política em sua natureza quanto as formas mais explícitas de protesto. (p. 29).

As etnografias e o debate acerca das transformações vividas pelas sociedades indígenas através do histórico contato com a sociedade envolvente atestam a evidência das mudanças e

da busca desses povos em promover uma reorganização social, sem que isso signifique ter que abdicar do direito territorial e/ou de manifestar e viver segundo costumes próprios.

Podemos dizer que a constância da dinâmica da relação com a sociedade não-indígena leva, cada vez mais, à elevação da importância das instituições não-indígenas (escola, ONGs, entidades religiosas, de assistência à saúde, entre outras), como também a utilização de bens tecnológicos como computadores, acesso à internet, televisão etc. No âmbito do referido contexto, pode-se argumentar que se faz necessário o atendimento das reivindicações indígenas, seja com relação ao suporte técnico para execução de projetos ou no tocante à criação de possibilidade de entrada no mercado de trabalho, desde que, tanto os agentes indígenas quanto os não-indígenas estejam minimamente cientes dos riscos e da possibilidade de depararem-se com resultados não intencionais; que estejam abertos a promover adaptações e mudanças no projeto inicial quando necessário e, principalmente; que estejam capacitados para compreender e lidar com a perspectiva da filosofia de vida indígena.

CONCLUSÃO

As questões que fomentam as discussões a respeito do desenvolvimentismo econômico são, em geral, decorrentes dos impactos que o modo de vida deflagrado pela desenfreada busca de crescimento econômico tem provocado ao longo da história mundial. O capitalismo avançou, derrubou muros e, mesmo enfrentando sucessivas crises seguiu avançando mundialmente. Seus paradigmas e fundamentos socioeconômicos e culturais, contudo, também é alvo de inúmeros questionamentos e investigações, desde a discussão a respeito da primazia dos conceitos de riqueza x pobreza, até a demanda de reflexão promovida pela construção de um indivíduo pós-moderno impelido a cultivar uma mentalidade dita *empreendedora*.

O teor das discussões conduzidas pelo artigo que perpassa a ideia de economia sustentável induz a refletir sobre a possibilidade ou não de um *desenvolvimento étnico*. Podemos dizer que não é sensato endossar a visão segundo a qual basta adicionar *étnico* ao termo *desenvolvimento* e esperar que projetos sob essa alcunha alcancem as diferenças referenciadas na lógica dos diversos povos indígenas, de forma a garantir o sucesso do empreendimento, como também, não basta acomodar-se à crença de que diante da inevitabilidade do acirramento das relações interétnicas, resta às sociedades indígenas o engajamento aos empreendimentos capitalistas para promover uma geração de renda que

permita acesso a bens e serviços, cada vez mais requisitados pelas populações indígenas, sobretudo, pelas que habitam em regiões próximas aos centros urbanos. Tais medidas implicam em mudanças de concepção de mundo e mudanças comportamentais que impactam diretamente na maneira como as sociedades em questão conseguem lidar ou não com as exigências de uma atitude *empreendedora* no contexto do modelo capitalista.

Por outro lado, também, não basta tecer uma crítica conceitual ao tema etnodesenvolvimento e ignorar a avalanche de medidas desenvolvimentistas oriundas da sociedade majoritária que invade as terras indígenas colocando em risco vários aspectos da vida dessas populações. Sendo assim, pode-se dizer que não há uma conclusão que possa responder aos múltiplos desafios e impactos causados pela trajetória desse dito *avião desgovernado* chamado crescimento econômico. Contudo, as diversas linhas de investigação das ciências humanas não podem deixar de levantar dados e discussões a respeito dos caminhos possíveis às sociedades humanas para, um dia quem sabe, elas possam assumir a direção desta nave que *não sabemos de onde vem e nem para onde vai*.

REFERÊNCIAS

ALBERT, Bruce. A Fumaça do metal: história e representações do contato entre os Yanomami. *Anuário antropológico*/89. RJ: Tempo Brasileiro, 1992.

ALBERT, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu. Uma crítica xamânica da economia política da natureza. In: RAMOS, R.; ALBERT, B. *Pacificando brancos*. Cosmologias do contato no Norte-Amazônico. Ed. UNESP/SP, 2002.

ALBERT, Bruce. *Terras Indígenas, Política Ambiental e Geopolítica Militar no Desenvolvimento da Amazônia: A Propósito do Caso Yanomami*. Disponível em: http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37612.pdf. Acesso em 10 de agosto de 2020.

ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (Orgs). *Pacificando o Branco: Cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. UNESP, 2002.

ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro (org.). *Guia para a formação em gestão de projetos indígenas*. PDPI. Ed. Paralelo 15. Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF, 2008.

AZANHA, Gilberto. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. In:

SOUZA, Lima; BARROSO-HOFFMANN: *Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas*. Ed. Contra Capa / RJ, 2002

AZANHA, Gilberto. Sobre a Reestruturação da Funai, 20 Janeiro 2010. *Centro de Trabalho Indigenista*. Disponível em: www.trabalhoindigenista.org.br. Acesso em 11 de ago. de 2019

BECKER, Fernando. Ensino e construção do conhecimento: o processo de abstração reflexionante. Porto Alegre. *Educação & Realidade*, vol. 18, 1993.

DALY, Herman. Alocação, distribuição e escala: em direção a uma economia eficiente, justa e sustentável. *Ecological Economics*, 6, 1992.

DINIZ, Sibelle; MAGALHÃES, Felipe N. C.; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Economia e Etnodesenvolvimento no território indígena xakriabá / MG. *Publicação do XII Seminário sobre a Economia Mineira, História, Demografia e Políticas Públicas*. Diamantina (MG). 29/Ag a 1/Set. 2006.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO, Buenos Aires, Argentina, Set./2005.

FERRAZ, Iara. *De “Gaviões” à “Comunidade Parkatêjê”*: uma reflexão sobre processos de reorganização social. Tese (doutorado em Antropologia). Museu Nacional, UFRJ, 1998.

FURTADO, Celso. Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 7-45, jul. 1952. ISSN 1806-9134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2388/2541>>. Acesso em: 08 Set. 2020.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *A Lei da Entropia e o Processo Econômico*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971.

GORDON, Cesar. *Economia Selvagem*. Ritual e mercadoria entre os índios Xicrin-Mebêngôkre. UNESP, 2006

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo. Etnodesenvolvimento indígena no Nordeste (e Leste): aspectos gerais e específicos. *Revista Antropológicas*, UFPE, ano 7, volume 14 (1 e 2), 2003.

HOWARD, Catherine V. A domesticação das mercadorias. Estratégias Waiwai. In: RAMOS, R.; ALBERT, B. *Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. UNESP, 2002

KUZNETS, Simon. Crescimento Econômico e Desigualdade de Renda. *American Economic Review*, v. 45, p. 1-28, 1955

LADEIRA, Maria Elisa; AZANHA, Gilberto. *Diagnóstico socioeconômico e avaliação de impactos nas Terras indígenas krahô, krikati e apinajé, situadas na área de influência do corredor de transporte multimodal centro norte*. Hidrovia Araguaia-Tocantins. Acervo do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), 1998.

MALTHUS, Thomas Robert. *Um Ensaio sobre o Princípio da População*. Oxford University Press; 1999 [1798].

PERROT, Dominique. Quem impede o desenvolvimento “circular”? Desenvolvimento e povos autóctones: paradoxos e alternativas. *Cadernos de Campo*, São Paulo, número 17, Vol. 17, 2008.

RICARDO, David. *Princípios da Economia Política e Tributação*. (Coleção economia Política). E-Book, 1817.

ROCHA, Raquel Pereira. *O “Tempo Do Primeiro” e o “Tempo De Agora”*. Transformação Social e Etnodesenvolvimento entre os Apinajé. Tese (doutorado em Antropologia Social) UNICAMP-SP, 2012.

SCHULTZ, T. *O capital humano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SEM, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

STAVENHAGEN, Rodolfo. 1884 Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1776].

SOLOW, R. M. A. Contribuição para a teoria do crescimento econômico. *Quarterly journal of economics*, 1956.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; BARROSO-HOFFMANN, Maria (orgs.). *Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: Bases para uma Nova Política Indigenista*. Contra Capa / RJ, 2002

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?* Campinas, SP: Autores Associados, 2008.